

PORTUGAL E O FORATOM

CRIAÇÃO DA SECÇÃO NUCLEAR DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA

Por deliberação da Direcção da ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA foi criada nesta colectividade uma nova secção sob o título de «Secção Nuclear», na qual, de acordo com o interesse que nesse sentido haviam manifestado, foram desde logo inscritos os associados seguintes: Cassel — Indústrias Electrónicas, Lda.; União Eléctrica Portuguesa; Companhia União Fabril; Empresa Fabril de Máquinas Eléctricas; SOREFAME — Sociedades Reunidas de Fabricações Metálicas; Fábrica de Condutores Eléctricos Diogo d'Ávila, Lda.; Companhia Eléctrica das Beiras; Companhia Nacional de Electricidade; Indústrias A. J. Oliveira, Filhos & C.ª, Lda.; CPIN — Companhia Portuguesa de Indústrias Nucleares; Hidro Eléctrica do Zêzere; MAGUE — Construções Metalomecânicas e Empresa Hidroeléctrica da Serra da Estrela.

Em reunião para o efeito realizada em Dezembro do ano passado, procedeu-se à eleição da Mesa daquela secção. Presidente — Companhia Portuguesa de Indústrias Nucleares; 1.º Secretário — Companhia Nacional de Electricidade, e 2.º Secretário — Companhia União Fabril.

Acompanhando a circular em que anuncia aos seus associados a criação da nova secção, a A.I.P. fez distribuir a nota que reproduzimos na íntegra:

JUSTIFICAÇÃO E PRINCIPAIS FINS DA SECÇÃO NUCLEAR DA A. I. P.

1. O aproveitamento da energia nuclear, que se processou no segredo dos laboratórios durante a guerra, concluída esta, depressa se mostrou capaz de interessar a quase generalidade dos homens, designadamente por duas razões:

- as extraordinárias possibilidades dos isótopos radioactivos, aplicáveis ao progresso de praticamente todas as actividades humanas;
- as incidências nas populações dos riscos derivados do gigantesco alargamento das fontes de radioactividade, relativamente ao seu restrito alcance de antes da guerra.

2. Pode classificar-se de aparatoso, sem exagero, o desenvolvimento em quase todos os países, em particular, da utilização dos isótopos radioactivos, de que podem ser índices sugestivos alguns números a seguir indicados, bem como as estimativas feitas nalguns países de economias realizadas pela indústria graças ao emprego de isótopos radioactivos. Se não veja-se:

a) França — O «Commissariat à l'Énergie Atomique» forneceu, só em França, os seguintes números de encomendas de isótopos radioactivos:

1958	5449
1959	6342
1960	8086

Em 1960 as encomendas recebidas do estrangeiro totalizaram 1317 unidades ao passo que as exportadas foram de perto de 2000 unidades (das quais por exemplo 558 para a Alemanha Federal, 116 para os Estados Unidos, 97 para a Polónia, etc.).

b) Reino Unido — As encomendas fornecidas pelo «Radiochemical Center» foram as seguintes:

1950	3500
1955	19 000
1959	32 000

O número de utilizadores industriais foi de 560 em 1958.

No mesmo ano de 1958, a indústria britânica economizou 280 mil contos graças à utilização dos radioisótopos (ou seja uma média de 500 contos por utilizador).

c) Canadá — Em 1960 este país totalizou um milhão de curies (equivalente à ordem de grandeza de 1000 toneladas de rádio) de isótopos radioactivos.

d) Estados Unidos da América do Norte — Em 1946 as encomendas de radioisótopos foram 250 ao passo que em 1957 atingiram 13 750 e o número de utilizadores já era perto de 5000 em 1959.

e) Alemanha — Existem neste país 1500 utilizadores de isótopos radioactivos.

3. Não possuímos quanto a Portugal números muito significativos nesta matéria, mas dos que existem pode concluir-se que os industriais portugueses muito pouco partido têm tirado das dezenas de meios oferecidos pelos isótopos radioactivos ao aperfeiçoamento industrial.

Assim, dos números apurados deduz-se que, em 1959, Portugal importou apenas cerca de 10 curies de isótopos radioactivos, a comparar com a produção americana no mesmo ano: 64 000 curies.

É de prever, aliás, que a grande maioria das encomendas representada por aquele total se tenha destinado a hospitais e centros de investigação, sendo de rezear que nada ou quase nada tivesse vindo para a aplicação à indústria.

4. Ora, sendo indiscutível que o que tanta utilidade tem lá fora não poderá deixar de interessar também os industriais portugueses, entendeu a Direcção da A.I.P. que se justificava uma sua iniciativa no sentido de esclarecer os seus associados quanto ao valor industrial da energia nuclear, particularmente dos isótopos radioactivos.

5. Por outro lado, todos sabem o enorme esforço que os principais países do mundo têm desenvolvido, mormente de 1955 para cá, no sentido de se alcançar economicamente a produção de energia eléctrica em centrais nucleares, objectivo essencial para que se mantenha o ritmo da expansão do bem estar material da humanidade.

Por exemplo, as despesas totais do Reino Unido em investigações nucleares até meados de 1961 foram de 40 milhões de contos, com um orçamento anual de 6,5 milhões de contos. A França no seu quarto ou quinto centro de investigações nucleares—Cadarache — vai gastar 5 milhões de contos. Os E.U.A. e a U. R. S. S. têm dispendido verbas cerca de 10 vezes maiores do que estas. Estas verbas elevadíssimas demonstram bem a importância e o futuro da energia nuclear. Presentemente o êxito desses esforços não oferece dúvidas e em todos os países os industriais e economistas já se debruçam com interesse sobre o problema da sua preparação — em equipamento e em pessoal especializado — com o fim de poderem beneficiar, na mais larga medida, do novo mercado de materiais, produtos, máquinas,

e instrumentos fomentado pelo próximo surto de uma importante INDÚSTRIA NUCLEAR mundial.

6. Em Portugal mesmo, quer a «Junta de Energia Nuclear» — no campo da prospecção mineira, da química tecnológica do urânio e no da preparação básica de técnicos — quer algumas das nossas associadas, a «Companhia Portuguesa de Indústrias Nucleares» e as empresas suas accionistas — no campo do estudo das Centrais Nucleares produtoras de electricidade e no das possibilidades industriais desse grupo de empresas, frente ao mercado provável que aquele estudo faz prever — já contribuíram para um primeiro esclarecimento da Nação quanto ao impacto, na sua economia, do aproveitamento da energia nuclear na produção de electricidade.

7. Mas é a todos os industriais portugueses que estes problemas dizem respeito pois a cada um deles deve caber a responsabilidade — no planeamento a longo prazo do desenvolvimento da sua empresa — de resolver se o novo mercado lhe pode interessar, quer directamente, quer indirectamente. Sucede porém que neste campo, como em tantos outros, mas mais talvez do que em qualquer outro, as acções isoladas são pouco eficientes, pela dificuldade dos estudos a fazer, pela carência de técnicos especiali-

zados, pelo seu elevadíssimo custo e pelos riscos que o desconhecimento de outras iniciativas semelhantes, quando desconexas, podem trazer aos investimentos praticados, dado o alcance, apesar de tudo limitado, do nosso futuro mercado nuclear.

8. Assim, pareceu também à Direcção da A.I.P. que se justificava a criação de como que um elo de ligação que permitisse aos seus associados o estudo em comum, o debate dos problemas e a conjugação dos esforços para todos beneficiarem, na maior medida possível, das interessantes perspectivas que a energia nuclear lhes oferece.

9. Aliás, para todos os industriais, deve merecer cuidado o problema da protecção do seu pessoal e das suas instalações ou fontes de abastecimento contra os riscos das radiações, para o que parece ser essencial um exame competente mas, acima de tudo, objectivo e sereno daqueles riscos e das medidas que se justifica possam ser tomadas à escala empresarial, designadamente tendo em conta as sanções previstas no Decreto-Lei n.º 44 060, de 25 de Novembro do ano passado.

É evidente que aqui também as acções isoladas, além de muito dispendiosas, não parecem sequer recomendáveis por se pensar que será muitas vezes numa comunidade de esforços e até de meios que se poderão

encontrar as melhores soluções para os problemas cuja existência se venha porventura a reconhecer.

10. Deste modo, julga a Direcção da A.I.P. que a Secção Nuclear poderá contribuir para um primeiro exame destes problemas, em comum, pelos associados que desejem esclarecer-se e tomar porventura medidas individuais ou colectivas que considerem justificadas.

11. Finalmente, como também já se acentuou, são numerosos os sectores e, até, os indivíduos e as instituições que se preocupam ou podem vir a preocupar-se com os mesmos problemas ou com alguns deles apenas ou outros vizinhos desses. Haverá certamente todo o interesse em procurar — talvez mesmo em promover — um contacto permanente com esses outros grupos no sentido, não só da economia dos esforços mas, principalmente, de se alcançar uma visão mais geral e mais representativa de uma verdadeira comunidade nacional de problemas nucleares.

12. Para esse fim, a A.I.P. dispõe agora já — com a sua Secção Nuclear — do órgão apropriado a representá-la e, portanto, a definir os problemas comuns dos seus associados e, porventura, a orientar as suas acções, isoladas ou colectivas.

FORUM ATÓMICO PORTUGUÊS

A Comissão Organizadora do FORUM ATÓMICO PORTUGUÊS, constituída por iniciativa da Secção Nuclear da Associação Industrial Portuguesa, e formada pelos Snrs.: Engenheiro Álvaro Machado da Assunção, Doutor Carlos Cacho, Professor Engenheiro Herculano de Carvalho, Doutor Manuel Corte-Real, Professor Engenheiro José Maria de Quadros e Costa, Doutor Armando Gibert, Engenheiro Fernando Ivo Gonçalves, Engenheiro Teixeira Lopo e Engenheiro Manuel Rocha, pediu-nos oportunamente a publi-

cação de uma nota, de que extralimos as seguintes passagens.

«Na convicção de que o prestígio e a eficiência do futuro FORUM ATÓMICO PORTUGUÊS estão intimamente ligados ao número e projecção das empresas que se inscreverem como seus sócios colectivos e, designadamente, de apoio, bem como ao interesse e entusiasmo dos seus sócios efectivos individuais, os membros da Comissão Organizadora lançam um convite a todos — empresas e técnicos individuais —

para que dêem desde já a sua adesão a esta iniciativa.

«O FORUM ATÓMICO PORTUGUÊS destina-se a preencher uma lacuna no nosso País, pois já há alguns anos que existem organizações semelhantes na maioria dos países da Europa. Portugal será membro efectivo do FORATOM logo que se tenha constituído o FORUM ATÓMICO PORTUGUÊS. Até lá está representado naquela agremiação, a título provisório, pela Secção Nuclear da Associação Industrial Portuguesa.»

FORATOM

A descoberta das propriedades da energia nuclear, seguida dos rápidos progressos no decurso das duas últimas décadas no domínio das suas aplicações, provocaram uma tal perturbação nas perspectivas científicas, económicas e políticas postas à humanidade que resultou imediatamente ser necessária uma organização, com o fim principal de

coordenar esforços e de orientar a informação.

Assim desenvolveram-se em primeiro lugar em numerosos Estados, organismos governamentais e administrativos que tomaram a iniciativa da coordenação dos esforços do seu respectivo país para o desenvolvimento das novas técnicas e que geralmente execu-

taram nos primeiros tempos pelos seus próprios meios uma parte muito importante de realizações.

A indústria foi chamada muito cedo a participar nestas tarefas e toma dia a dia

(Conclui na pág. 382)